

As cotas raciais na UENF: entre tensões e afirmações

Luiz Gustavo Borges do Rosario¹ 

Resumo

Com as cotas raciais, o perfil dos estudantes das universidades sofreu mudanças significativas, no entanto, também emergem discussões sobre as experiências desses estudantes, como, por exemplo, de que forma suas identidades raciais afetam suas trajetórias acadêmicas. Este estudo objetiva investigar as vivências de estudantes negros cotistas na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), combinando revisão bibliográfica com pesquisa empírica, com coleta de dados a partir de entrevistas semiestruturadas. Através dos relatos dos entrevistados, é exposto como a universidade ainda pode perpetuar práticas discriminatórias. Isso ressalta a complexidade das dinâmicas raciais no ambiente universitário e a urgência de enfrentar as práticas racistas nos contextos sociais.

Palavras-chave: Cotas raciais; Ensino superior; Relações raciais.

Abstract

Racial quotas at UENF: between tension and affirmations

With the implementation of racial quotas, the student profile at universities has undergone significant changes. However, discussions also emerge regarding the experiences of these students, such as how their racial identity affects their academic trajectories. This study aims to investigate the experiences of Black quota students at the Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), combining a literature review with empirical research, which includes data collected through semi-structured interviews. Through the narratives of the interviewees, the study reveals how the university may still perpetuate discriminatory practices. This highlights the complexity of racial dynamics within the university environment and the urgency of addressing racist practices in social contexts.

Keywords: Racial quotas; Higher education; Racial relations.

Resumen

Las cuotas raciales en la UENF: entre tensiones y afirmaciones

Con la implementación de las cuotas raciales, el perfil del estudiantado en las universidades ha experimentado cambios significativos; sin embargo, también han surgido debates sobre las experiencias de estos estudiantes, como, por ejemplo, de qué manera sus identidades raciales inciden en sus trayectorias académicas. Este estudio tiene como objetivo investigar las vivencias de estudiantes negros beneficiarios de cuotas en la Universidad Estadual del Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), combinando revisión bibliográfica con investigación empírica, a través de la recolección de datos mediante entrevistas semiestructuradas. A partir de los relatos de los entrevistados, se evidencia

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

cómo la universidad aún puede reproducir prácticas discriminatorias. Esto resalta la complejidad de las dinámicas raciales en el entorno universitario y la urgencia de enfrentar las prácticas racistas en los contextos sociales.

Palabras clave: Cuotas raciales; Educación superior; Relaciones raciales.

Introdução

A implementação de políticas de ação afirmativa nas instituições de ensino superior no Brasil tem sido objeto de intenso debate e controvérsia nos últimos anos. Entretanto, muitos acadêmicos e pesquisadores convergem na opinião de que a adoção dessas políticas representa um passo significativo em direção à promoção da equidade social e à mitigação da exclusão educacional. As ações afirmativas emergem em consonância com movimentos sociais, principalmente o movimento negro, que almejavam maior igualdade e instrumentos que facilitassem o acesso equitativo a recursos, como os serviços educacionais, para todos os indivíduos, visando corrigir desigualdades históricas e estabelecer um tratamento diferenciado como meio de restabelecer uma igualdade que foi violada ou que nunca foi plenamente alcançada por certos grupos sociais.

A principal mudança decorrente da implementação da política de cotas nas instituições de ensino superior foi a inclusão de um novo segmento demográfico, os estudantes negros, os quais anteriormente enfrentavam significativa sub-representação no contexto universitário. A ampliação da presença de estudantes negros tem desencadeado transformações na abordagem da universidade em relação à questão racial, levando-a a reavaliar suas metodologias de ensino, seu currículo e seu engajamento com a comunidade. Entretanto, discussões acerca das experiências vivenciadas por esses estudantes também têm emergido, procurando analisar como suas identidades raciais podem influenciar suas trajetórias acadêmicas e suas interações com a cultura acadêmica.

Nesse contexto, o estudo objetiva investigar as vivências relacionadas às questões raciais experimentadas por estudantes negros cotistas no ambiente universitário, buscando compreender os desafios enfrentados, as estratégias de superação adotadas e os impactos dessa política de inclusão no percurso universitário desses discentes. Como metodologia, adotou-se uma abordagem de pesquisa fundamentada em revisão bibliográfica dos principais escritos pertinentes ao tema, os quais abordam o fenômeno do marcador social da raça em diferentes esferas da sociedade. Além disso, foi empregado um estudo de caso, com estudantes negros que ingressaram por meio do

sistema de cotas étnico-raciais na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Para a coleta de dados, foi utilizada a técnica de entrevistas.

Escravidão, racismo e relações sociais no Brasil

O marco inicial da escravidão no Brasil remonta à chegada dos portugueses ao território brasileiro em 1500. Paralelamente à exploração da nova terra, emergiu a presença africana como força de trabalho. Já em 1535, o comércio de escravos para o Brasil estava firmemente estabelecido e, rapidamente, expandiu-se em escala significativa (Nascimento, 2017). A população negra escravizada desempenhou um papel crucial na gênese da história econômica do Brasil, sendo que, sem a contribuição desses indivíduos escravizados, a estrutura econômica do país não teria sido concebida.

A escravidão no Brasil resultou da interação de dois fenômenos distintos, porém complementares. O primeiro fenômeno consistiu na continuação do desenvolvimento interno da sociedade nos moldes coloniais, caracterizado pela transição de um simples conjunto de feitorias para um extenso território organizado em estruturas sociais feudais. O segundo fenômeno derivou dos interesses das nações colonizadoras em expandir suas atividades comerciais e mercantis, impulsionando assim o sistema escravista (Moura, 2014).

Em um sistema de estratificação fechado, o status social é atribuído por características inerentes e não é adquirido ao longo da vida. Esse tipo de status depende de uma variedade de fatores, incluindo laços familiares, considerações políticas, étnicas e religiosas. A escravidão é um dos principais exemplos de sistema de estratificação, uma vez que os indivíduos foram considerados propriedade de outros, assemelhando-se a objetos, resultando em desigualdades persistentes para os descendentes daqueles que foram escravizados.

Apesar de ser reconhecido no campo das ciências humanas por suas investigações sobre o período histórico brasileiro da escravidão, o autor busca estabelecer uma correlação entre os conflitos antagônicos entre escravizados e proprietários de escravos sob uma ótica capitalista. Dessa forma, ele evidencia o início da subordinação da população negra no Brasil, bem como a presença da luta de classes desde o período colonial. Os quilombos e outras formas de resistência negra são considerados expressões das rupturas na dinâmica das relações de produção, seja capitalista ou, no contexto específico, escravista (Moura, 2014).

Diante desse contexto, torna-se imperativo abordar a questão da cultura do silêncio normativo, ou seja, a falta de comunicação sobre a desigualdade enfrentada pela população negra desde o período da abolição da escravatura, em 1888, até a promulgação da Constituição Federal de 1988. Tal fenômeno se configura como um problema histórico persistente no Brasil. A ausência de discussões sobre a desigualdade racial perdurou ao longo praticamente de todo o século XX, resultando na falta de inclusão, integração e reconhecimento dos negros em diversos setores da sociedade. Esse cenário contribuiu para a perpetuação da negação de direitos com base em características raciais, como observado por Azevedo (2016).

A cultura do silêncio normativo acabou por se tornar algo relativamente aceito e legitimado no Brasil, refletindo a resistência do país em reconhecer suas raízes racistas e a relutância em colocar a luta contra o racismo como uma pauta central no debate sobre direitos humanos. Quando a comunicação é negada, a humanidade do outro é diminuída, tornando-o dispensável, o que, por sua vez, abre caminho para a emergência da violência em diversas formas, incluindo o racismo. Negar a realidade da raça e tentar desmantelar o racismo por meio dessa negação acaba por reforçar o racismo, contribuindo para a invisibilidade dos indivíduos afetados por ele.

É necessário introduzir o conceito de racismo, que, de acordo com Silvio Almeida (2019), transcende meros preconceitos individuais, constituindo-se em um sistema estrutural que permeia diversas esferas da sociedade. O autor argumenta que o racismo é resultado de processos históricos, como a colonização e a escravidão, os quais estabeleceram relações de poder e opressão racial duradouras. Almeida (2019) ressalta que o racismo não pode ser compreendido de forma isolada, mas deve ser analisado em conjunto com outras formas de opressão, como classe social e gênero, em uma perspectiva interseccional.

Nesse sentido, o racismo pode se manifestar de diversas maneiras. O racismo institucional diz respeito às práticas discriminatórias presentes em instituições e políticas públicas, que perpetuam desigualdades raciais. O racismo estrutural, por sua vez, está relacionado à reprodução das desigualdades raciais por meio de estruturas sociais e econômicas que favorecem determinados grupos em detrimento de outros. Por fim, o racismo individualista é visto como uma patologia ou anormalidade, sendo considerado um fenômeno ético ou psicológico, de caráter individual ou coletivo, atribuído a grupos isolados. Essa abordagem pode enfatizar a natureza psicológica do fenômeno em detrimento de sua dimensão política (Almeida, 2019).

Portanto, a conceituação de racismo de Almeida (2019) destaca a importância de compreender o racismo como um fenômeno estrutural e sistêmico, que transcende o âmbito individual. Essa abordagem busca problematizar as estruturas e instituições que perpetuam as desigualdades raciais, bem como questionar os discursos e conhecimentos que reforçam essas hierarquias.

Aníbal Quijano (2000) também apresenta o racismo como uma forma de dominação e exploração estabelecida durante o processo de colonização das Américas pelos europeus. Ele argumenta que o sistema colonial criou uma hierarquia racial na qual os povos indígenas, africanos e outros grupos racializados foram subjugados e considerados inferiores aos colonizadores europeus. Segundo Quijano, essa hierarquia racial não se resume a preconceitos individuais, mas é sustentada por estruturas sociais, políticas e econômicas que perpetuam as desigualdades raciais. Dessa forma, o racismo não pode ser compreendido isoladamente, mas como parte de um sistema global de poder baseado na exploração e subordinação de determinados grupos raciais.

Quijano (2000) ressalta que o racismo não se limita apenas às relações entre grupos raciais distintos, mas também se manifesta internamente em cada sociedade, influenciando a estrutura social, as instituições e dinâmicas de poder. Essa perspectiva possibilita compreender que o racismo não é exclusivamente um fenômeno do passado colonial, mas continua a operar de forma sutil e sistemática nas sociedades contemporâneas.

Darcy Ribeiro expõe que as atuais classes dominantes brasileiras, compostas por descendentes de antigos senhores de escravos, perpetuam a mesma postura de desdém em relação à população negra (Ribeiro, 1995). Para os senhores de escravos, os negros eram considerados meras ferramentas substituíveis, uma mera força de trabalho que poderia ser substituída sem objeções por outra. Já para seus descendentes, o negro livre, o mulato e o branco pobre também são vistos sob a ótica da mediocridade, sendo submetidos a estigmas como preguiça, ignorância e criminalidade. Todos são considerados os únicos culpados por suas próprias barreiras sociais, não sendo reconhecidas as influências da escravidão e da opressão nessas condições.

O novo perfil dos estudantes universitários

As políticas de democratização do ensino superior, como a introdução do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e do Sistema de Seleção Unificada (Sisu),

a Política Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) e, principalmente, a adoção da política de cotas, têm desempenhado um papel crucial na transformação do perfil demográfico dos estudantes universitários no Brasil. Estas iniciativas têm sido fundamentais para promover a diversidade e a expansão das oportunidades educacionais no ensino superior, em contraste com um cenário histórico em que o acesso a essa esfera era predominantemente limitado às classes privilegiadas. Nota-se que as instituições de ensino superior públicas quanto as privadas têm adotado uma postura crescentemente inclusiva em relação às camadas sociais menos favorecidas (Senkevics & Mello, 2019).

Um dos impactos mais notáveis foi a ampliação da diversidade dos corpos discentes nas instituições de ensino superior. Anteriormente caracterizadas pela predominância de estudantes brancos oriundos de estratos sociais mais privilegiados, as universidades passaram a espelhar uma sociedade mais heterogênea e multicultural, propiciando a interação de vivências e o compartilhamento de saberes entre distintos grupos sociais.

Como é possível analisarmos no levantamento mais recente, realizado pelo Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA), em 2020 havia 67 universidades federais e 39 estaduais no Brasil. Cabe ressaltar que entre os anos de 2018 e 2019 o número de universidades federais aumentou de 63 para 67, mas isso não ocorreu em virtude da criação de novas instituições, mas sim porque algumas delas foram desestruturadas e transformadas em outras menores, mesmo que, pelo menos por algum período, as regras de admissão dos estudantes continuassem atreladas às instituições de origem, como foi o caso de universidades localizadas em Goiás, Pernambuco e Piauí. Atualmente, o Brasil possui 69 universidades federais espalhadas por todas as regiões do país. O número total reflete a expansão e a diversificação do ensino superior público nas últimas décadas, incluindo a criação de universidades voltadas para atender a demandas regionais específicas e ampliar o acesso em áreas historicamente menos favorecidas.

O acesso à educação superior figura como um dos principais indicadores de desenvolvimento humano e social em uma nação. No contexto brasileiro, a democratização desse acesso tem se revelado como um desafio histórico permeado por disparidades socioeconômicas e raciais. Nos últimos anos, observa-se um incremento significativo da presença da população negra no cenário educacional superior do país. Conforme dados do Censo da Educação Superior de 2020, pela primeira vez

na história, o contingente de estudantes autodeclarados negros e pardos matriculados em cursos de graduação no Brasil superou numericamente seus pares brancos. O levantamento revela que 50,3% dos alunos matriculados em cursos de graduação no território nacional identificaram-se como pertencentes aos grupos étnico-raciais pretos, pardos ou indígenas.

O incremento da presença de estudantes com múltiplos perfis raciais nas instituições de ensino superior brasileiras é atribuído às políticas públicas implementadas ao longo das últimas décadas. Além da Lei de Cotas, destacam-se os programas de inclusão e assistência estudantil, os quais buscam assegurar que esses alunos possuam condições adequadas para permanecer na universidade e concluir seus cursos. Conforme discutido por Lima e Campos (2020), a diversificação no ensino superior assume um caráter fundamental devido a diversas razões. A introdução da política de cotas, sejam elas cotas sociais ou subcategorias derivadas como as cotas raciais, tem provocado mudanças significativas no acesso de grupos historicamente marginalizados – apesar de esses grupos representarem a maioria da sociedade brasileira. Além disso, a ampliação de vagas e o fortalecimento de coletivos negros têm desempenhado papéis importantes no acolhimento de alunos negros e no combate às práticas racistas dentro das universidades, tornando esses coletivos atores centrais na luta por equidade e inclusão.

Assim, devemos enfatizar o destaque das políticas de ação afirmativa no ensino superior, não somente para garantir que todos os alunos tenham acesso igualitário a oportunidades educacionais, independentemente de marcadores sociais, mas também para proporcionar justiça social a múltiplos grupos sociais que compõem a sociedade, tornando as universidades mais diversificadas em termos de raça, gênero e origem socioeconômica. A mudança no perfil racial nas universidades brasileiras é um avanço significativo no processo de democratização do acesso à educação superior no país.

Entretanto, o aumento da representatividade de estudantes negros nas universidades tem sido acompanhado pela ampliação da discriminação racial em diversas esferas, mantendo-se presente no contexto universitário. Estudantes negros são frequentemente alvo de estereótipos e preconceitos, enfrentando manifestações de racismo tanto veladas quanto explícitas. Tais experiências podem abalar a autoestima e o bem-estar psicológico desses estudantes, influenciando negativamente o seu desempenho acadêmico e a sua integração na comunidade universitária. Outra questão

colocada em pauta é a construção da identidade racial e da representatividade. Muitos estudantes negros enfrentam o desafio de se reconhecerem como parte de um grupo historicamente marginalizado, ao mesmo tempo em que buscam se afirmar acadêmica e profissionalmente. A falta de referências e de modelos positivos dentro da universidade pode dificultar esse processo, impactando o desenvolvimento acadêmico e pessoal desses estudantes.

As dinâmicas étnico-raciais na UENF

A pesquisa possui como interlocutores estudantes dos cursos de graduação da UENF, os quais se autodeclaram como pretos ou pardos e foram admitidos na instituição por meio do sistema de cotas raciais. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e se fundamenta em um levantamento bibliográfico, além disso, a pesquisa incorpora um estudo de caso. No que diz respeito à coleta de dados, inicialmente foi empregada a técnica de *snowball*, que consiste em estabelecer contatos por meio de indicações sucessivas para identificar e estabelecer contato com os participantes da pesquisa, seguida pela realização de entrevistas semiestruturadas com os estudantes identificados. Para a seleção dos cursos dos quais os participantes seriam provenientes, adotou-se um critério de seleção aleatória. Esse procedimento garantiu que os cursos representados na amostra fossem diversos, sem preconceitos ou influências na escolha, permitindo uma maior representatividade das experiências e perspectivas dos estudantes nos diferentes contextos acadêmicos. A abordagem aleatória foi importante para assegurar a diversidade de trajetórias e garantir que os dados refletissem a realidade de diferentes áreas do conhecimento.

Nesse contexto, no Quadro foram delineados os perfis dos estudantes entrevistados e disponibilizadas informações relevantes sobre os sujeitos da pesquisa, com o intuito de possibilitar uma compreensão mais abrangente das experiências vivenciadas por eles dentro da instituição. Destaca-se que todos os nomes utilizados nesta pesquisa são fictícios e foram criados para preservar a identidade e a privacidade dos participantes.

Quadro. Perfil dos estudantes entrevistados.

Estudantes	Curso	Centro	Cor/Raça
Bruna	Medicina veterinária	Centro de Ciências e Tecnologias Agropecuárias (CCTA)	Parda
Marina	Zootecnia	Centro de Ciências e Tecnologias Agropecuárias (CCTA)	Parda
Paula	Administração pública	Centro de Ciências do Homem (CCH)	Preta
Carolina	Física	Centro de Ciência e Tecnologia (CCT)	Parda
Bianca	Engenharia civil	Centro de Ciência e Tecnologia (CCT)	Preta
Yasmin	Pedagogia	Centro de Ciências do Homem (CCH)	Parda
Lucas	Agronomia	Centro de Ciências e Tecnologias Agropecuárias (CCTA)	Parda
Paola	Ciências sociais	Centro de Ciências do Homem (CCH)	Parda
Felipe	Ciências biológicas	Centro de Biociências e Biotecnologia (CBB)	Preta

Fonte: Elaboração do autor (2024).

A reprodução de práticas racistas e discriminatórias nas universidades é um fenômeno complexo que tem sido objeto de estudos e debates nas últimas décadas. Embora as universidades sejam concebidas como espaços inclusivos destinados a fomentar a diversidade, a realidade revela a persistência de numerosas barreiras que restringem as perspectivas e vivências das minorias raciais, contribuindo para a manutenção de estereótipos e preconceitos. Dessa maneira, inicialmente buscamos indagar se os estudantes acreditavam na existência de racismo, preconceito ou discriminação racial na universidade

Sim. Acredito que exista em todo lugar, incluindo aqui (Bruna, medicina veterinária).

Sempre tem. Muita gente vem de família já com esse preconceito e não muda só porque entra na faculdade. Inclusive existem pretos que são racistas com outros pretos aqui dentro por serem de uma classe social mais elevada. (...) Já presenciei comentários que feriram outras pessoas, comentários que são falados da boca pra fora, sem querer pensar antes (Marina, zootecnia).

Sim. Mas é estrutural. (...) Presenciei um professor perguntando sobre uma aluna e em nenhum momento os alunos brancos a descreveram como preta, usaram todas as características possíveis, menos a cor dela, parece que as pessoas têm medo de chamarem outra de negro, como se fosse xingamento (Paula, administração pública).

Sim. Acredito que na área de exatas principalmente. O espaço é tomado por homens brancos. Então, tudo que é diferente disso encontra mais dificuldade de ter voz nessa área aqui dentro (Carolina, física).

Óbvio que sim. Seria hipocrisia dizer que não, o preconceito é muito presente na sociedade, independente do lugar. Eu não sofri e também não presenciei, mas já fiquei sabendo de um colega de curso que sofreu preconceito racial. E o pior é que foi por parte de professor. É até desconfortável falar disso (Bianca, engenharia civil).

Sim. A gente consegue perceber, mesmo que não seja de forma clara o preconceito, é sempre um olhar diferenciado, um tom de voz mais agressivo, coisas pequenas que você nunca vê acontecendo com seus amigos brancos (Yasmin, pedagogia).

Sim. Em todo lugar tem, a diferença é que aqui na faculdade não vai ser tão aberto como é nos outros lugares (Lucas, agronomia).

Com certeza. Nenhum ambiente da sociedade brasileira é protegido contra a discriminação racial. E até mesmo locais que deveriam ser, acabam perpetrando esse comportamento (Paola, ciências sociais).

Sim. O tratamento é diferente, tipo, às vezes a gente passa e o guarda encara demais, como se a gente fosse suspeito por estar andando aqui dentro e não pudesse estudar aqui, como se fosse coisa de outro mundo (Felipe, ciências biológicas).

Pode-se observar uma convergência nos discursos dos entrevistados, os quais apontam, conforme suas percepções, para a ocorrência de práticas discriminatórias em diversos ambientes universitários, como pelo *campus* ou nas salas de aula. Dentre as diversas falas pertinentes apresentadas pelos estudantes, optamos por destacar inicialmente o relato de Marina, que evidencia a interseccionalidade (Crenshaw, 2002) entre classe social e raça na dinâmica universitária. Ao considerarmos a multiplicidade e a sobreposição de sistemas de opressão enfrentados por determinados grupos, é necessário expor o impacto desse fenômeno contínuo na construção das identidades.

As narrativas de Yasmin e Felipe evidenciam a persistência da marginalização da população negra, que aponta para a existência de preconceitos velados, perceptíveis em gestos, olhares ou tons de voz diferenciados, frequentemente dirigidos a estudantes negros, um fenômeno recorrente na sociedade brasileira. Para analisar esse cenário, podemos lançar mão dos conceitos de Bourdieu, os quais nos permitem problematizar a situação. De acordo com Bourdieu (2007), a discriminação racial constitui uma forma

de violência simbólica, caracterizada pela imposição de estigmas e discriminações que reforçam a inferiorização de determinados grupos sociais.

Corroborando essa perspectiva, Alencastro (2016, p. 18) aborda a marginalização persistente da população negra, destacando sua estreita relação com a herança histórica da escravidão e do racismo estrutural, os quais perduram até os dias atuais. O autor enfatiza que “a história da escravidão africana e da formação das sociedades escravistas continua a moldar a vida das sociedades contemporâneas”. A partir das narrativas apresentadas pelos entrevistados, é possível perceber como o ambiente acadêmico, concebido como um espaço de formação integral do indivíduo, no qual a aprendizagem transcende o mero conhecimento acadêmico para abranger também o desenvolvimento pessoal e social, pode lamentavelmente reproduzir práticas discriminatórias.

É crucial ressaltar as dificuldades e os desafios enfrentados por estudantes negros no contexto acadêmico, os quais englobam os estereótipos e preconceitos frequentemente direcionados a eles. Em muitas situações, esses alunos são submetidos à representação de serem inferiores ou menos capazes do que seus colegas brancos, o que pode comprometer seu desempenho acadêmico, abalar sua autoestima e reduzir sua motivação.

Também é fundamental direcionar nossa atenção para a questão do racismo presente no ambiente acadêmico, o qual se manifesta por meio de normas ou práticas que podem impactar de maneira adversa os estudantes negros. Além disso, é relevante abordar a discriminação observada na dinâmica da sala de aula, na qual alguns professores podem tratar os alunos negros de modo diferenciado em relação aos alunos brancos, desconsiderando suas contribuições ou subestimando suas habilidades. Esse cenário é coerente com as análises de Heringer e Ferreira (2009), que identificam lacunas nas políticas de inclusão nas universidades, especialmente no que diz respeito à formação de profissionais sensíveis às questões de diversidade racial e cultural.

A omissão ou a neutralidade frente ao racismo pode contribuir para a perpetuação das desigualdades. Conforme observa Ramos (2009), é necessário que as universidades assumam um papel ativo no combate à discriminação racial, adotando políticas institucionais que assegurem a inclusão de estudantes negros em todos os níveis da vida acadêmica, desde a graduação até a pós-graduação, e criando mecanismos de suporte para enfrentar as dificuldades decorrentes do racismo estrutural. Somente

com esse comprometimento coletivo será possível transformar a universidade em um espaço verdadeiramente democrático e inclusivo.

Diante dessas considerações, foi apresentado aos entrevistados o questionamento sobre suas experiências relacionadas à questão racial, sejam elas positivas ou negativas, e aquelas que mais os impactaram.

O que mais me marcou foi quando me deparei com casos de fraude na minha turma. E que até então, não havia dado em nada (Bruna, medicina veterinária).

Muita gente branca e rica e pouca gente negra e pobre. Algo que a gente já está acostumado no país que vivemos, é só mais um retrato da realidade. Um lugar que deveria ser para o pobre, lotado de gente que teria condição de estar numa particular. Sem falar em gente que a gente sabe que entrou por cotas, mas não podia, mas, mesmo assim, colocou cota para pardo no Sisu [Sistema de Seleção Unificada] (Marina, zootecnia).

Vivências positivas são poucas, mas diria a última semana acadêmica de ciências sociais. Mesmo que não consegui participar, acompanhei os assuntos discutidos e foi muito importante ter aqueles debates, porque não é mimimi, é coisa séria e que é a minha realidade e de várias outras pessoas (Paula, administração pública).

Os eventos organizados pelo pessoal do CCH [Centro de Ciências do Homem]. É sempre bom ver as questões raciais sendo faladas por gente que entende do assunto, assim mais pessoas se conscientizam (Carolina, física).

Acho que o fato do namorado da minha amiga ter sofrido preconceito. Porque nós somos do mesmo curso, da mesma cor, ele é meu veterano, então, poderia ter sido eu no lugar dele (Bianca, engenharia civil).

Quando uma professora me chamou para dar uma aula sobre um seminário que apresentei no semestre anterior para os calouros. Era sobre raça e foi muito bom ter meu trabalho reconhecido e poder levar esse conhecimento para quem tava chegando na faculdade (Yasmin, pedagogia).

Quando um segurança no *campus* ficou me encarando e me fazendo perguntas, porque já era muito tarde e eu estava aqui ainda, e meu amigo branco, que saiu um pouco depois de mim não passou pela mesma experiência, saiu tranquilamente (Lucas, agronomia).

Posso citar como negativa algumas situações constrangedoras que presenciei em sala de aula, entre professores e alunos, uma situação totalmente desnecessária onde a pauta racial foi usada totalmente de modo vazio, só pra tentar justificar o comportamento do docente. Como positiva, quando apresentei um pôster num evento e recebi um *feedback* muito positivo, foi muito gratificante ver meu trabalho e minha pesquisa abordando a questão da raça ser valorizado (Paola, ciências sociais).

Quando tive o desprazer de ver um professor tratando alunos de forma diferente pela cor. Mesmo que ele não falasse nada de forma aberta, era claro como ele sempre tratava alunos negros com grosseria, como se fosse um fardo a gente estar ali (Felipe, ciências biológicas).

Por um lado, a universidade pode representar um ambiente de experiências positivas para os estudantes negros, pois ao ingressarem no ensino superior, muitos deles têm a oportunidade de superar barreiras históricas e culturais que antes os privaram de acesso a uma educação de qualidade. Além disso, o contexto universitário pode ser um espaço de empoderamento e emancipação social, no qual esses estudantes encontram referências e modelos a seguir. Contudo, é importante ressaltar que muitos alunos negros relatam enfrentar dificuldades para estabelecer um senso de pertencimento na universidade, sentindo-se frequentemente isolados e excluídos.

A universidade pode, de fato, oferecer aos estudantes negros um espaço de superação e conquistas importantes. Como argumentam Heringer e Ferreira (2009), as políticas de ação afirmativa têm possibilitado a ampliação do acesso de negros ao ensino superior, promovendo uma mudança significativa no perfil dos estudantes e criando novas oportunidades de mobilidade social. No entanto, essa narrativa de sucesso é acompanhada de desafios. Como destacado por Ramos (2009), as barreiras simbólicas e sociais enfrentadas por estudantes negros nas universidades estão profundamente enraizadas nas dinâmicas de exclusão racial.

Nas falas de Bruna e Marina, emerge uma preocupação significativa relacionada à política de cotas: a questão da fraude, um desafio substancial que mina a eficácia das políticas de ação afirmativa. Conforme destacado por Carvalho (2011), a fraude nas cotas não apenas desacredita as políticas públicas, mas também estigmatiza aqueles que acessam legitimamente essas políticas e, por conseguinte, compromete o futuro dessas iniciativas, além de poder desencorajar potenciais beneficiários a se candidatarem às vagas reservadas, uma vez que temem que sua autodeclaração seja questionada ou posta em dúvida.

Nas experiências relatadas por Paola e Felipe, observamos o papel dos docentes no contexto das discussões raciais dentro da universidade. No caso de Paola, aluna do curso de ciências sociais, não foi identificada uma prática racista, mas sim um desinteresse na abordagem do tema da raça, o qual foi considerado trivial. Por outro lado, no relato de Felipe, estudante do curso de ciências biológicas, foi perceptível uma diferenciação no tratamento dos alunos devido à sua raça. A valorização da discussão racial no ambiente universitário é crucial para combater o racismo e promover uma cultura de inclusão e diversidade. Conforme mencionado por Yasmin, há professores que reconhecem a importância dessas discussões e se esforçam para incorporá-las em suas disciplinas.

Deve-se ressaltar que a valorização da discussão racial no ambiente universitário não deve ser encarada como uma preocupação exclusiva dos estudantes negros. Conforme destacado por Robin DiAngelo, socióloga estadunidense, o racismo é uma questão que diz respeito a todos, e não apenas aos negros (DiAngelo, 2018). A inclusão da discussão racial na universidade é uma responsabilidade compartilhada por todos os atores envolvidos no meio acadêmico, incluindo professores, gestores e estudantes de todas as raças e etnias, e deve permear todos os espaços da instituição.

Prosseguindo e visando aprofundar essa questão específica sobre os diferentes cursos de graduação na instituição, concluímos com a seguinte indagação: Como é ser negro(a) no seu curso, de forma específica?

É difícil, na medicina veterinária poucos alunos são negros, mesmo com as cotas, na minha turma, éramos dois, e mais três vagas de cotas preenchidos com pessoas que não se identificaram como negras depois. É um pouco solitário, o que me levantou questionamentos várias vezes, mas graças ao coletivo nacional pude ter outros médicos veterinários pretos como espelho (Bruna, medicina veterinária).

Por ser um meio agro, aparenta ser um meio um pouco difícil (Marina, zootecnia).

Eu diria normal por não ter conflitos, mesmo raramente se falando sobre isso, mas pelo menos tem diálogo nos outros cursos daqui (Paula, administração pública).

Lidar com olhares e pessoas desacreditando da sua capacidade por ser mulher negra (Carolina, física).

É ser minoria, porque o número de negros nunca seria superior aos de branco em um curso como esse. É viver, meio que com um medo, de acharem que você não merece estar ali (Bianca, engenharia civil).

Normal. Acho que por ser um curso da área da educação, a gente está sempre preocupado com a inclusão, com a diversidade, então, todo mundo aqui se sente bem-vindo e acolhido (Yasmin, pedagogia).

Diria que é normal na medida do possível, não somos maioria aqui, mas temos o mínimo de respeito, apesar de às vezes percebemos ter um e outro com comportamento racista (Lucas, agronomia).

Tranquilo. Não tenho reclamações a fazer. É um curso de humanas, de ciências sociais, então, já esperava que seria um ambiente acolhedor para o diferente (Paola, ciências sociais).

Apesar de tudo, posso dizer que é até tranquilo, nunca sofri nenhum tipo de preconceito, mas não posso generalizar, porque já soube de casos (Felipe, ciências biológicas).

Observamos que Paula, Yasmin e Paola, estudantes dos cursos de administração pública, pedagogia e ciências sociais, respectivamente, relatam experiências

positivas em relação às suas vivências raciais na universidade. É relevante destacar que todos esses cursos estão situados no Centro de Ciências do Homem (CCH), o que evidencia esse centro como um epicentro das discussões raciais dentro da universidade investigada. Isso possibilita a criação de um ambiente propício para a valorização da diversidade racial e a construção de uma cultura de respeito e tolerância entre estudantes e professores de diferentes origens étnicas.

Como defendem Heringer e Ferreira (2009), a efetiva promoção da igualdade racial requer o envolvimento ativo de toda a comunidade acadêmica em iniciativas que enfrentem preconceitos, desconstruam estereótipos e garantam condições equitativas de acesso e permanência para estudantes negros. Isso inclui a incorporação de conteúdos relacionados à história e à cultura afro-brasileira nos currículos, bem como o estímulo a práticas pedagógicas inclusivas que valorizem a diversidade e promovam o respeito às diferenças.

Por outro lado, Bruna, Marina e Lucas, estudantes dos cursos de medicina veterinária, zootecnia e agronomia, respectivamente, situados no Centro de Ciências e Tecnologias Agropecuárias (CCTA), destacam os desafios enfrentados por serem negros. Suas declarações evidenciam a escassez de representatividade negra nesses cursos. Esse cenário, em parte, é atribuído à falta de oportunidades educacionais e ao acesso limitado à educação de qualidade para a população negra em geral, além de questões históricas e estruturais profundamente enraizadas.

Woodward (2000) enfatiza a importância de considerarmos o papel das relações sociais na construção da identidade racial, bem como a necessidade de promover políticas e práticas que valorizem a diversidade e promovam a igualdade racial, requerendo o reconhecimento das diferenças culturais e históricas. Também recorremos a Fanon (1983) para assimilarmos que a negritude é um processo de construção de uma identidade coletiva baseada na experiência histórica e cultural dos povos negros. Essa identidade se manifesta por meio de uma consciência crítica da situação de opressão em que vivem os povos negros e pela rejeição dos valores e padrões culturais impostos pela sociedade dominante.

Embora as cotas raciais desempenhem um papel importante na democratização do acesso à universidade para a população negra, é essencial reconhecer que elas não abordam diretamente os mecanismos necessários para a permanência desses estudantes. Na ausência de políticas eficazes de apoio e suporte, a evasão pode

se tornar um problema significativo, resultando em um baixo número de estudantes negros nos cursos.

A falta de representatividade negra em cursos considerados de prestígio social é uma preocupação relevante não apenas por questões de justiça social, mas também por razões relacionadas à qualidade do ensino. A diversidade de perspectivas e experiências é fundamental para um ambiente acadêmico enriquecedor e para o desenvolvimento de uma educação verdadeiramente inclusiva e abrangente. A presença de estudantes negros em todos os níveis e áreas de estudo contribui para a promoção de um ambiente de aprendizagem mais dinâmico, rico e reflexivo, beneficiando toda a comunidade acadêmica.

Bianca e Carolina, dos cursos de engenharia civil e física, respectivamente, situados no Centro de Ciência e Tecnologia (CCT), também compartilham experiências desafiadoras dentro da instituição. Enquanto os estudantes do curso de engenharia civil destacam a escassez de estudantes negros, o que pode gerar uma síndrome de impostor, como sugere Bianca, Carolina, do curso de física, descreve experiências semelhantes, revelando sentir-se constantemente testada , com pessoas duvidando de seu potencial devido à sua identidade como mulher negra em um ambiente predominantemente composto por homens brancos.

Por último, Felipe, estudante do curso de ciências biológicas, localizado no Centro de Biociências e Biotecnologia (CBB), compartilha que sua experiência como aluno negro tem sido tranquila e que nunca foi vítima de qualquer forma de discriminação racial. No entanto, ele destaca que a prática de discriminação racial já ocorreu em seu curso.

A experiência universitária representa um período de intensa transformação pessoal e acadêmica na vida de qualquer estudante. No entanto, para os estudantes negros, essa jornada pode ser ainda mais complexa e desafiadora. Cada indivíduo terá uma experiência única na universidade, influenciada por uma série de fatores, incluindo sua história de vida, identidade racial, ambiente universitário e dinâmica social. Alguns universitários podem se sentir marginalizados em ambientes acadêmicos predominantemente compostos por estudantes brancos, além de enfrentarem situações de preconceito e discriminação. Esses estudantes podem precisar lidar com questões de autoestima, autoconfiança e autoafirmação, ao mesmo tempo em que tentam se adaptar às exigências acadêmicas.

Os estudantes negros podem enfrentar situações de isolamento e exclusão em algumas ocasiões, especialmente em ambientes universitários nos quais as relações sociais são influenciadas por normas culturais e preconceitos implícitos e explícitos. Contudo, eles podem encontrar apoio em grupos, núcleos, associações ou coletivos que têm como objetivo auxiliar esses estudantes racializados dentro da universidade, o que pode contribuir para uma experiência mais positiva na instituição, uma vez que ocorrem trocas de experiências e vivências.

É essencial que as políticas destinadas à promoção da igualdade racial contemplem tanto o reconhecimento das especificidades culturais quanto a redistribuição de oportunidades, visando enfrentar os mecanismos discriminatórios profundamente enraizados na estrutura social brasileira (Silvério, 2009). Nesse contexto, o engajamento institucional precisa transcender ações isoladas, incorporando as demandas por equidade racial de forma estruturante nas práticas acadêmicas e administrativas.

Considerações finais

A discussão em torno das políticas de ações afirmativas, especialmente as cotas étnico-raciais, é uma questão complexa na sociedade brasileira, que impacta tanto a noção moderna de igualdade e justiça social quanto a construção da identidade étnica, a qual é atravessada por uma identidade nacional e vista como um elemento unificador da nação. Essa problemática envolve modelos de identidade, ou de identidades, que são socialmente construídos e estão em constante evolução.

A presente pesquisa, com base nos depoimentos dos entrevistados, evidencia como a universidade contemporânea pode reproduzir comportamentos discriminatórios. Esse cenário demonstra a complexidade das dinâmicas raciais dentro da universidade e a necessidade contínua de abordar e combater o racismo estrutural presente na sociedade e nas instituições de ensino superior.

Observa-se, inicialmente, a presença da discriminação racial na universidade, manifestada em alguns casos pelo corpo docente, em outros pelo corpo discente e até mesmo por outros funcionários da instituição. Essas situações discriminatórias ressaltam a importância da afirmação da identidade negra como uma ferramenta crucial de resistência e luta contra o racismo.

É fundamental destacar que não cabe aos estudantes negros a responsabilidade de educar toda a comunidade acadêmica sobre as relações étnico-raciais na sociedade e suas implicações. Essa responsabilidade deve ser assumida pela universidade, que deve agir de forma contínua e incansável por meio de políticas claras e eficazes de combate ao racismo e à discriminação em seu campus, envolvendo toda a comunidade universitária, desde alunos até professores e funcionários.

Foi observado que os cursos de ciências humanas da instituição, especialmente os de pedagogia e ciências sociais, foram os únicos mencionados como propensos a abordar e incluir questões étnico-raciais em seu currículo. Os entrevistados dos demais cursos relatam que a temática não encontra espaço para ser desenvolvida, o que leva muitos alunos a procurarem o CCH em busca dessas discussões. Essa disparidade na abordagem das questões étnico-raciais entre os diferentes cursos evidencia a necessidade de uma maior integração e sensibilização em toda a instituição.

O destaque dado ao CCH pelos entrevistados levanta uma reflexão importante sobre como outros centros frequentemente negligenciam questões sociais ou raciais, enquanto os departamentos de ciências humanas assumem a responsabilidade de abordar tais fenômenos de maneira crítica e construtiva. No entanto, essa responsabilidade não deve e não pode ser exclusivamente atribuída às ciências humanas.

Os marcadores sociais da diferença permeiam todos os campos de conhecimento, exigindo que essas questões sejam discutidas em todas as áreas. Os cursos de todas as disciplinas devem reconhecer a importância de incorporar uma abordagem interdisciplinar e inclusiva em seus programas acadêmicos. Isso implica integrar análises críticas das dimensões sociais, raciais, de gênero e outras formas de diferenciação em suas práticas de ensino e pesquisa.

A universidade não deve apenas fornecer dados sobre a discriminação racial e a realidade social, política e econômica da população negra aos estudantes, mas também problematizar a questão racial. Essa é uma estratégia não somente pedagógica, mas institucional, que pode afetar de forma significativa os processos identitários dos estudantes negros, permitindo a difusão de representações positivas para eles, corroborando com a construção e afirmação de sua identidade negra.

Referências

- Alencastro, L. F. (2016). *O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Almeida, S. (2019). *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen.
- Azevedo, G. (2016). *Raça, igualdade e trauma: A função do direito na inclusão/exclusão dos negros na diferenciação social brasileira* [Tese de doutorado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos]. Repositório Digital da Biblioteca da Unisinos. Recuperado em 13 de março de 2024 de <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/7114>
- Bourdieu, P. (2007). *A distinção: Crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp.
- Carvalho, J. J. (2011). *Inclusão étnica e racial no Brasil: A questão das cotas no ensino superior* (2a ed.). São Paulo: Attar.
- Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, 10(1), 171-188. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>
- DiAngelo, R. (2018). *White fragility: Why it's so hard for white people to talk about racism*. Boston: Beacon.
- Fanon, F. (1983). *Pele negra, máscaras brancas*. Rio de Janeiro: Fator.
- Heringer, R., & Ferreira, R. (2009). Análise das principais políticas de inclusão de estudantes negros no ensino superior no Brasil no período 2001-2008. In M. Paula, & R. Heringer (Orgs.), *Caminhos convergentes: Estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil* (pp. 137-196). Rio de Janeiro: Heinrich-Böll-Stiftung, ActionAid Brasil.
- Lima, M., & Campos, L. A. (2020). Inclusão racial no ensino superior: Impactos, consequências e desafios. *Novos Estudos*, 39(2), 245-254. <https://doi.org/10.25091/s01013300202000020001>
- Moura, C. (2014). *Rebeliões da Senzala: Quilombos, insurreições, guerrilhas* (5a ed.). São Paulo: Anita Garibaldi.
- Nascimento, A. (2017). *O Genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Perspectiva.
- Quijano, A. (2000). ¡Qué tal raza! *Revista del CESLA*, (1), 192-200.

Ramos, S. (2009). Negro drama. In M. Paula, & R. Heringer (Orgs.), *Caminhos convergentes: Estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil* (pp. 275-291). Rio de Janeiro: Heinrich-Böll-Stiftung, ActionAid Brasil.

Ribeiro, D. (1995). *O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil* (2a. ed.). São Paulo: Companhia das Letras.

Senkevics, A. S., & Mello, U. M. (2019). O perfil discente das universidades federais mudou pós-lei de cotas? *Cadernos de Pesquisa*, 49(172), 184–208. <https://doi.org/10.1590/198053145980>

Silvério, V. R. (2009). Evolução e contexto atual das políticas públicas no Brasil: Educação, desigualdade e reconhecimento. In M. Paula & R. Heringer (Orgs.), *Caminhos convergentes: Estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil* (pp. 13-19). Rio de Janeiro: Heinrich-Böll-Stiftung, ActionAid Brasil.

Woodward, K. (2000). *Identidade e diferença: Uma introdução teórica e conceitual*. Petrópolis: Vozes.

Submetido em: julho de 2024

Aceito em: novembro de 2024

Sobre o autor

Luiz Gustavo Borges do Rosario

Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Integrante do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (LEPES/UFRJ).

E-mail: luizgustavoborgesr@gmail.com